

OS CAMINHOS NA UNIVERSIDADE: A REALIDADE DOS TRAJETOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

Grazielle Tavares de Oliveira Silva¹

Isabela Bittencourt Souza das Neves²

Felipe Meireles Teobaldo³

Regina Célia Brabo Ferreira⁴

RESUMO

Este trabalho apresenta uma comparação quanto às condições de acessibilidade entre duas instituições de ensino com o objetivo de verificar possíveis lacunas no atendimento às pessoas com deficiências (PcD), contribuir para o desenvolvimento da pesquisa referente à inclusão e fornecer subsídios de melhorias nas edificações analisadas. Tais instituições são a Universidade Federal do Pará, Campus Guamá, localizada em Belém e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, localizado em Marabá. Para tal, foram analisadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela ABNT NBR 9050:2015 as interações dos alunos com os principais espaços e rotas disponíveis. O resultado encontrado foi insatisfatório, pois, mesmo que a UFPA atenda à mais requisitos, nenhuma das instituições cumprem suas obrigações no que se diz respeito à inclusão social e locomoção de PcD. Logo, mostra-se urgente e necessária a implantação de melhorias para garantir a acessibilidade a todos com segurança e respeito.

Palavras-chave: Deslocamento, Pessoas com deficiência, Acessibilidade.

ABSTRACT

This work presents a comparison of accessibility conditions between two educational institutions with the objective of verifying possible deficiencies in the care of people with disabilities (PD), contributing to the development of research related to inclusion and providing subsidies for improvements in the buildings analyzed. These institutions are the Federal University of Pará, Guama Campus, located in the state capital of Pará and the Federal Institute of Education, Science and Technology of Pará, located in the city of Marabá.

^{1,2,3} Graduandos em Engenharia Civil. Universidade Federal do Pará- UFPA, 2018, Belém, PA – Brasil.

E-mail: gemobfec@gmail.com

⁴ Professora doutora do curso de Engenharia Civil. Universidade Federal do Pará- UFPA, 2018, Belém, PA – Brasil.

E-mail: reginacbf@yahoo.com.br

For that, the interactions of the students with the main areas and routes were analyzed according to the parameters established by ABNT NBR 9050: 2015. The result found was unsatisfactory because, even if UFPA meets the most requirements, none of the institutions fulfill their obligations regarding social inclusion and locomotion of PD. Therefore, it is urgent and necessary to execute improvements to ensure accessibility to all with safety and respect.

Keywords: Displacement, People with Disabilities, Accessibility.

1 INTRODUÇÃO

O compromisso legal do Brasil com a educação inclusiva é traduzido pela Política Nacional de Educação Especial, divulgada pelo Ministério da Educação, elevando, assim, a matrícula de pessoas com deficiência no ensino comum público e privado (UFPEL, 2016). Paralela a essa política, existe a Norma Brasileira NBR 9050 (ABNT, 2015), que garante o direito à acessibilidade de pessoas com deficiências - PcDs, bem como de todo o restante da população. Tal norma é fundamentada nos direitos humanos internacionais e tem como objetivo assegurar que todos tenham o direito de ir e vir, garantido pela Constituição Federal do Estado Brasileiro. Mas, segundo Audi (2004), muitas edificações foram construídas sem considerar conceitos de inclusão, acessibilidade e desenho universal.

Através de uma análise histórica superficial, pode-se perceber que o ambiente urbano do Brasil cresceu de acordo com necessidades econômicas e não com a garantia ao que hoje é chamado de direito à cidade. Consequentemente, há inúmeras barreiras físicas, arquitetônicas e sócio-política econômicas que impedem o deslocamento com independência de uma parte da população (MORAIS, 2011). De acordo com o Censo (IBGE 2010), o grupo de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência motora, visual, auditiva ou mental/intelectual representa 24% da população do estado do Pará. Apenas 10% deles possuem menos de 15 anos e, dos 90% restantes, apenas 17% concluem o ensino médio e têm a chance de prestar vestibular. Desses, só 4% concluem o ensino superior. O Censo não coletou informações de quantos entram em universidades e não conseguem terminar o curso por falta de auxílio da própria instituição, principalmente quanto à falta de análise e remoção de barreiras físicas, mas sabe-se que a forma como essas instituições lidam com a deficiência é um fator predominante no sucesso da trajetória acadêmica das PcDs (MARTINS *ET AL*, 2015).

Ao contrário do que a maior parte da população acredita, as dificuldades de acesso não existem só para as pessoas que dependem de cadeira de rodas. Aquelas com mobilidade reduzida temporária resultante de idade, gravidez, deficiência auditiva ou visual também sofrem limitações e todos esses grupos fazem parte da comunidade acadêmica paraense, que no ano de 2017, só na UFPA, teve 278 inscrições de cota PcD no seu vestibular, conseguindo preencher 83 delas. Para Silva (2017), um dos grandes desafios de quem encara a mobilidade como condição do direito à vida independente é identificar e remover barreiras nos espaços urbanos, já que, segundo o mesmo, as dificuldades estão nos ambientes produzidos e não nas pessoas.

Nesse contexto, realizou-se um estudo comparando as condições de acessibilidade entre duas instituições de ensino de um mesmo estado, uma na capital, a Universidade Federal do Pará, Campus Guamá, localizada em Belém, e uma no interior, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, localizado em Marabá. A finalidade do trabalho é verificar possíveis lacunas no atendimento às pessoas com limitações físicas, contribuir para o desenvolvimento da pesquisa referente à inclusão e, assim, fornece suporte para nortear melhorias nas edificações analisadas.

2 AS LEGISLAÇÕES DE ACESSIBILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 promove a acessibilidade baseada em norma e estabelece critérios básicos de locomoção. Além disso, faz algumas definições importantes para o entendimento do assunto. Segundo ela, acessibilidade é a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida” e pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida é “a que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo”. Importante salientar que a partir de 2011 a expressão “pessoas portadoras de deficiência” passou a ser inapropriada e atualmente é considerado correto referir-se a esse grupo como “pessoas com deficiência”.

Promover a inclusão de indivíduos com deficiência nas instituições regulares de ensino é uma prática adotada mundialmente, refletindo uma mudança de paradigma

educacional, em que o novo ambiente de estudo deve se adaptar e se preparar para o atendimento às carências educacionais especiais de cada discente (UFPEL, 2016).

Essa inserção da pessoa com limitações físicas é instruída quanto à reforma, construção e instalação de estruturas pela NBR 9050 (ABNT, 2015). A Norma tem o intuito de tornar a utilização dos espaços mais autônoma para a maior quantidade de grupos distintos existente, independentemente da idade, estatura ou limitações de mobilidade e percepção. Ela também inclui indicações para a forma mais apropriada de acolher aparelhos específicos de auxílio à locomoção, como próteses, bengalas de rastreamento, cadeiras de rodas, aparelhos de apoio, sistemas assistivos e etc.

A citada norma define que todo ambiente público deve atender às condições de acessibilidade para que toda PcD goze de pleno exercício de cidadania. Para tal, é necessário que neles existam pelo menos uma rota acessível sem qualquer tipo de barreira arquitetônica. Logo, é importante ter o conhecimento do conceito de rotas acessíveis, definido pela norma como “trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência.

A rota acessível externa pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, rampas, etc. A rota acessível interna pode incorporar corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores, dentre outros”. Além do de barreira arquitetônica, urbanística ou ambiental, estabelecido como “qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano”. Por sua relevância, considera-se a rota acessível como fator preponderante para classificação de espaços inclusivos (DUARTE E COHEN, 2006).

3 METODOLOGIA

Com o objetivo de uma maior compreensão da realidade e o amplo fornecimento de parâmetros para possíveis intervenções, usou-se a vertente de estudo exploratória-descritiva com abordagem qualitativa, baseada na observação e detecção de fatos, e análise de variáveis arquitetônicas. A pesquisa foi realizada através do levantamento visual de dados por meio da análise de rotas, para diagnosticar os itens segundo a NBR 9050 (ABNT, 2015), tratando das condições ótimas de acesso abordadas em lei a fim de proporcionar a mobilidade de pessoas

com limitações físicas. Para isso, caracterizaram-se as condições de acesso pela pessoa com deficiência física aos espaços da instituição analisada, quanto às calçadas, circulação externa e interna das edificações, portas, circulação vertical, rampas, escadas, banheiros e etc. A observação de rotas foi traduzida por meio de mapas esquemáticos e, ao expor a situação real dos percursos, visou-se verificar se há alguma rota acessível.

Para a realização da pesquisa, foram escolhidas duas instituições públicas: uma de ensino médio, técnico, tecnológico, localizada na cidade de Marabá e outra de ensino superior, localizada em Belém, ambas no Estado do Pará. O IFPA, no município de Marabá, possui cerca de cinco mil alunos com a oferta trinta cursos de formação complementar, dois de nível médio e cinco de nível técnico (Figura 1). Para esta instituição baseou-se no trabalho de Silva *et al* (2016), sobre o diagnóstico das condições de acessibilidade no campus IFPA-Marabá para fazer análises.

Figura 1 – IFPA na cidade de Marabá-Pa.



Fonte: Adaptado do Google Earth Pro, 2018.

No espaço onde se localiza o referido órgão, existem dois prédios usados diretamente por discentes para fins de educação. O primeiro com três pavimentos (Prédio 01) e o segundo com um pavimento (Prédio 02). A principal característica da área onde estão inseridos os pavilhões é a elevada declividade do terreno, que causa dificuldades aos deslocamentos horizontais. A condução vertical interna ocorre por meio de rampas, escadas e elevador.

Na capital do estado, a pesquisa foi realizada no Campus Profissional da Universidade Federal do Pará (UFPA), que abrange os cursos de engenharias, direito, arquitetura e pedagogia. A instituição está presente em 12 municípios do Estado do Pará e apresenta

população universitária de 62.039 pessoas entre discentes, docentes e técnicos. Oferece cursos de graduação e programas de pós-graduação.

Figura 2– UFPa na cidade de Belém-Pa.



Fonte: Adaptado do Google Earth Pro, 2018

Foram analisados quatro principais prédios utilizados pelos alunos e professores do curso de Engenharia Civil, dos quais um possui um pavimento: Laboratório de Engenharia Civil (LEC); dois contêm dois pavimentos: Bloco A (pavilhão de salas de aula) e o Prédio do Instituto de Tecnologia (ITEC); e, por fim, o prédio das Pós-Graduações do Instituto de Tecnologia (PGITEC) com três pavimentos. Todos eles são construídos em terreno plano. Os deslocamentos horizontais internos são feitos principalmente a pé e os verticais, por escadas. A escolha por pesquisar esses prédios foi pelo curso de engenharia civil ter muitos alunos (767 alunos) e maior diversificação de prédios, comparado aos demais cursos. Além disso, a facilidade de coleta de dados por ser o curso dos autores deste trabalho, que vivenciam a realidade de acesso aos prédios diariamente.

4 RESULTADOS

As instituições de ensino estudadas não possuem atendimento a vários itens de acessibilidade importantes dispostos na NBR 9050 (ABNT, 2015). Assim, alguns itens fundamentais, contidos na norma de acessibilidade, ausentes nos prédios, são mostrados de forma generalizada abaixo.

4.1 Sinalização

A sinalização deve ser feita em combinação de textos com imagens, sendo autoexplicativa e legível para todos. A NBR 9050 (ABNT, 2015) a divide em três principais categorias: informativa (Seção 5.2.4.1); direcional (Seção 5.2.4.2) e de emergência (Seção 5.2.4.3). As informações essenciais quanto à sinalização, representadas de forma visual, tátil ou sonora, têm sua aplicação exigida conforme mostra a Tabela 1, adaptada da norma em questão.

Tabela 1 – Aplicação e forma de informação e sinalização

Aplicação	Instalação	Categoria	Tipos		
			Visual	Tátil	Sonora
Edificação/Espaço/ Equipamentos	Permanente	Direcional/ Informativa	X	X	
		Emergência	X	X	X
	Temporária	Direcional/ Informativa	X	X	
		Emergência	X		X
Mobiliários	Permanente	Informativa	X	X	
	Temporária	Informativa	X	X	

Fonte: Autores, 2018.

A pesquisa constatou que, de acordo com os dados de Silva et al (2016), a instituição no município de Marabá não possui nenhuma das sinalizações citadas acima, sendo totalmente para ordenar e garantir o acesso às pessoas com deficiência, que circulam auxiliadas por terceiros ou perdem bastante tempo para encontrar seus destinos em virtude da ausência de sinalização. A UFPa, por sua vez, não apresenta ausência desse tipo de auxílio, pois seus prédios possuem alguma sinalização informativa (Seção 5.2.4.1). Contudo, ela é apenas visual e não está presente em todos os ambientes e é insuficiente para garantir a acessibilidade (Figuras 3 e 4).

Figuras 3 e 4 – Sinalização informativa na UFPa.



Fonte: Autores, 2018

4.2 Banheiros

Além dos itens de sinalização, também se verificou a acessibilidade dos banheiros nos Prédios 01 e 02 do IFPA. No térreo do Prédio 01, o banheiro que deveria atender às PcDs não tem como ser utilizado. A calçada que fornece acesso a ele possui 0,77m de largura, e, portanto, está em desacordo com a seção 6.12.3 - b da NBR 9050 (ABNT,2015). Além disso, há um desnível no acesso a essa calçada de 0,30m, em contradição à seção 6.3.4.1 da norma (Figura 5).

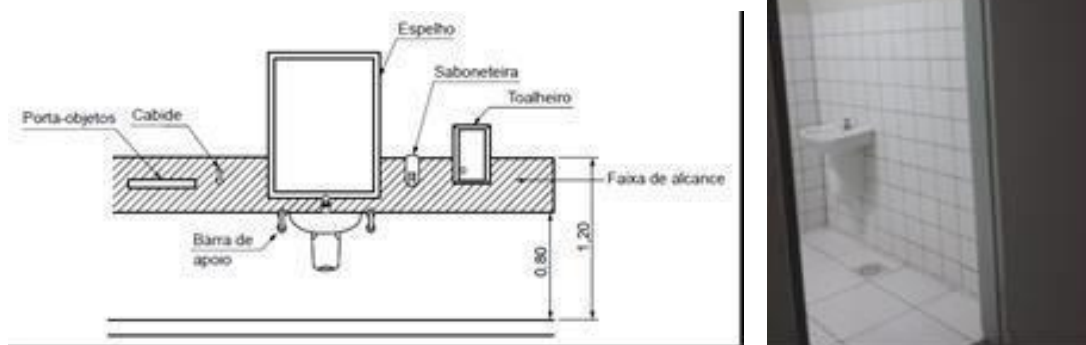
Figura 5 – Calçada de acesso ao banheiro.



Fonte: Autores, 2018

A falta de acessibilidade do banheiro compromete a seção 7.3.1 da NBR 9050 (ABNT, 2015), que afirma que os banheiros devem estar em rotas acessíveis. Em relação ao 1º e 2º pavimentos do Prédio 01, existem banheiros para pessoas com deficiência e que atendem parcialmente aos quesitos estabelecidos em norma. Eles não possuem alguns itens importantes, como bacias e assentos sanitários (seção 7.7.2.1) que atendam ao intervalo de altura máxima normativa (entre 0,43m e 0,45m), estando os mesmos com 0,50 m; puxador horizontal nas portas (seção 7.11.5); e acessórios junto ao lavatório (seção 7.11) (Figuras 6 e 7).

Figura 6 e 7 – Faixa de alcance de acessórios junto ao lavatório e lavatório no IFPa com ausência de acessórios, respectivamente.



Fonte: Autores, 2018

No Prédio 02, os banheiros não foram projetados para atender às PcDs, estando em total desacordo com o exigido. De modo geral, não existem sanitários com vasos acessíveis (Seção 7.7.2.1); as portas dos sanitários são estreitas para a passagem de uma cadeira de rodas (Seção 7.10.1); o espaço de circulação dentro do sanitário é muito apertado para uma pessoa manobrar cadeira de rodas, não sendo possível efetuar giro de 360° em circunferência de 1,50m de diâmetro (seção 7.5). Também não existem descargas em altura adequada para pessoas de baixa estatura (seção 7.4.4) e não há portas nos boxes que abrigam os sanitários.

Na UFPa, analisou-se os banheiros presentes nos prédios do ITEC, PGITEC e no LEC. No ITEC constatou-se que não há banheiro projetado para atender pessoas com deficiências. Neste prédio, as portas dos sanitários são estreitas para a passagem de cadeira de rodas (7.10.1) e contém apenas 0,56m de largura, quando deveria ter no mínimo 0,80m. Além disso,

não há puxadores horizontais nas portas (seção 7.11.5), a altura da cuba do lavatório (seção 7.10.3) é superior à prevista em norma e os acessórios juntos ao lavatório encontram-se irregulares (seção 7.11).

No prédio do PGITEC constatou-se a existência de banheiro exclusivo para o uso de PcDs e, dos analisados, é o que mais atende às exigências previstas na norma. Todavia, o mesmo obedece de forma parcial às necessidades desta população acadêmica. O banheiro apresenta raio de giro satisfatório (seção 7.5), barras de apoio junto à bacia sanitária (seção 7.6), acessórios junto aos lavatórios dentro da faixa de alcance (seção 7.11), assento sanitário e cuba do lavatório dentro de suas alturas máximas normativa (seções 7.7.2.1 e 7.10.3). Contudo, a porta não apresenta puxador horizontal (seção 7.11.5), não há barra de apoio na vertical junto à bacia sanitária que atenda ao padrão normativo (seção 7.7.2.3.1) e nem barras de apoio junto aos lavatórios (seção 7.8.1).

Figura 8 e 9 – Lavatório do PGITEC



Fonte: Autores, 2018

No Laboratório de Engenharia Civil, notou-se que a porta de entrada do banheiro possui 0,85m e está de acordo com a norma (seção 7.10.1), mas um cadeirante é incapaz de chegar até a cabine, pois o corredor possui apenas 0,60m e impossibilita a passagem da PcD. Além disso, notou-se que a pia está em altura inapropriada e que não existem alguns dos acessórios sugeridos pela norma (barras laterais e horizontais no lavatório) e os que existem, como saboneteira e porta toalhas, estão fora do padrão determinado por norma (seção 7.8.1).

Figura 10 e 11 – Lavatório do LEC



Fonte: Autores, 2018

4.3. Salas de aula

Em relação aos espaços para aulas, tanto no IFPa, quanto na UFPa existem problemas quanto ao arranjo do espaço e atendimento ao público específico. Tal fato evidencia-se na falta de mesas acessíveis à pessoa com cadeira de rodas (Figuras 12 e 13), na proporção de no mínimo uma para cada duas salas (seção 10.15.6); ainda na Figura 12, observa-se ausência de assentos específicos para pessoas obesas (seção 4.7.1), além de espaço estreito entre as colunas de cadeiras que formam um corredor menor que 0,90 m e inviabiliza a passagem de uma cadeira de rodas (seção 6.11.1.2). As lousas são um problema também porque não estão à altura mínima de 0,90m do piso sugerida peça NBR 9050 (ABNT,9050) (seção 10.15.7).

Figura 12 e 13 – Ausência de mesa acessível no IFPa e na UFPa.



Fonte: Autores, 2018

4.4. Bebedouros

De modo geral, os bebedouros de todos os prédios do IFPa e da UFPa são acessíveis às pessoas com deficiência. Eles atendem à seção 8.5.2 da NBR 9050 (ABNT, 2015) no que se refere à altura contida no intervalo de 0,80m a 1,20m, bem como quanto a permitir a aproximação lateral.

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS ROTAS

Os parâmetros correspondentes a cada rota possuem fundamentação em conformidade com as seções da NBR 9050 (ABNT, 2015). Segundo a seção 10.5.2 da referida norma, “deve existir pelo menos uma rota acessível interligando o acesso de alunos às áreas administrativas, de prática esportiva, de recreação, de alimentação, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, centros de leitura e demais ambientes pedagógicos. Todos estes ambientes devem ser acessíveis”.

Figura 14 – Simbologia adotada para representação das rotas



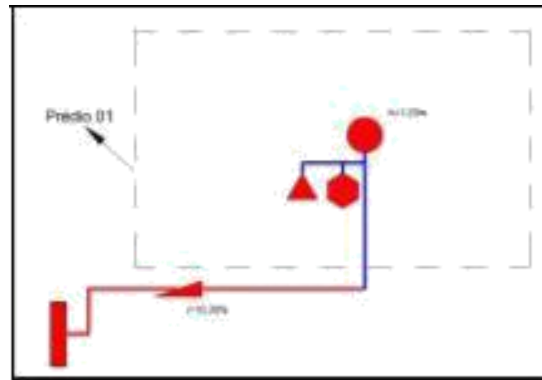
Fonte: Autores (Adaptado da NBR 9050), 2018

5.1. Rota Acessível IFPa

Silva et al (2016) verificou que, dentre outras, uma rota usual dos estudantes do instituto para análise. Trata-se do trajeto entre o portão de entrada e o bebedouro localizado

no 1º pavimento do Prédio 01, que passa pela sala de aula adotada e um banheiro projetado para atender às pessoas com deficiência (Figura 15).

Figura 15 – Percurso Rota IFPa. Esquema ilustrativo e sem escala.



Fonte: Autores, 2018

O piso do trecho entre a porta de entrada e a rampa de acesso ao primeiro pavimento é irregular (seção 6.12.3 – b), causando problemas para a contínua mobilidade. Observa-se ainda na Figura 16, que no piso da rampa, existem desníveis por falha de execução (6.3.4.1), e que a inclinação é de 10,30%, fora do estabelecido em norma (seção 6.6.2.1). Na Figura 17, encontra-se um desnível de 0,03m entre o patamar da rampa e o corredor que fornece acesso ao interior do prédio (seção 6.3.4.1).

Figura 16 e 17 – Desníveis no piso e no corredor.

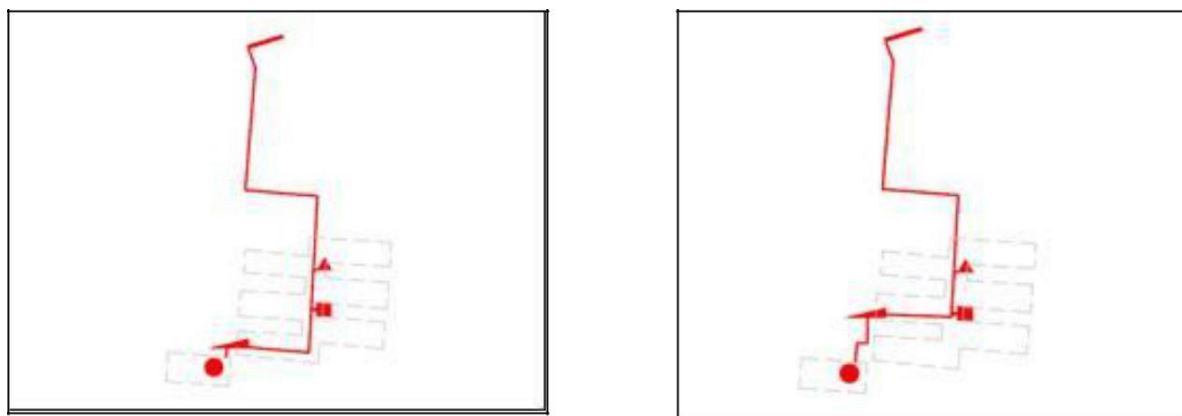


Fonte: Adaptado do Google Earth Pro, 2018

5.2. Rota Acessível UFPa

Para a universidade, foi analisada uma rota que vai do Portão 3 (principal acesso dos estudantes de engenharia) até uma das salas de aula localizada a um pouco mais de 250 metros do portão.

Figura 18 e 19 – Percurso 1 e 2 (da esquerda para direita) na rota UFPa. Esquema ilustrativo e sem escala



Fonte: Autores, 2018

O trajeto feito tem suas exigências atendidas quanto ao dimensionamento de passarelas. A distância entre o estacionamento e a sala de aula é superior à 50m, que condiz com indicado na seção 6.2.2 da norma. Existem duas formas de chegar até o destino descrito, mas nenhuma oferece as condições ideais. Apesar da maior parte do caminho possuir piso com superfície regular (6.3.2) e inclinação dentro dos padrões de acessibilidade (6.3.3 e 6.3.4), os trechos apresentados nas Figuras 20 e 21, mostram as dificuldades que pessoas as pessoas precisam enfrentar para chegar às salas de aula.

Figura 20 e 21 – Calçada de acesso ao banheiro



Fonte: Autores, 2018.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os prédios de ambas as instituições expostas foram construídos com pouca ou nenhuma preocupação de acessibilidade. De acordo com Silva *et al* (2016) o IFPa, localizado no interior do Pará, desde sua fundação sofreu inúmeras reformas de pequeno ou grande porte que aumentaram o campus e sua comunidade acadêmica. A UFPa, localizada na capital paraense, passa por crescente expansão do seu espaço institucional. Tais ampliações de demanda necessitam de ajustes nas condições arquitetônicas dos prédios, contudo a situação que se encontram essas instituições federais ainda não é satisfatória para pessoas com ou sem deficiência no quesito acessibilidade.

Por meio do exame dos resultados, entende-se que as instituições pesquisadas precisam realizar mudanças consideráveis e urgentes a fim de atender ao público com deficiência e à legislação vigente, para proporcionar a inclusão de todos. A ausência de sinalização não permite a correta utilização do espaço pelas PcDs. Os banheiros são inadequados e, em certos casos, inacessíveis. Verificou-se que as salas de aula não possuem preparação para receber pessoas obesas, em cadeira de rodas ou com dificuldades visuais.

No estudo específico das rotas, percebeu-se que nenhuma delas permite plena acessibilidade, seja por inclinações acentuadas de rampas, desníveis ou má concepção arquitetônica ou execução incorreta.

Assim, considerando que a melhoria nos itens apresentados pela pesquisa deve ocorrer com a realização de obras de adaptação, é fundamental a contratação de empresa

especializada e com credibilidade no mercado para estudar, planejar e executar os serviços, atendendo de forma exemplar aos quesitos de qualidade. Além disso, devem ser efetuados treinamentos com o pessoal responsável pela organização do mobiliário, para que não se insiram obstáculos que tornem as rotas inacessíveis. Os itens críticos que devem ser priorizados são: sinalização, a exemplo de placas, adesivos, pisos táteis, pintura de ambientes com ênfase em contrastes e etc.; reforma dos banheiros; adequação de rampas e eliminação de desníveis. Logo, apesar do cenário desfavorável, fica explícito que é possível sanar as barreiras expostas com um trabalho técnico adequado de engenharia e arquitetura.

7 REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. Rio de Janeiro, RJ 2015
- BRASIL, Lei nº 10.098. Coleção de Leis do Brasil - 2000, v. 12, p. 9010.
- BRASIL, Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: o Direito à Escola Acessível. Ministério da Educação. Brasília, DF.
- DUARTE, C. R., COHEN, R. Proposta De Metodologia De Avaliação Da Acessibilidade Aos Espaços De Ensino Fundamental In: Anais NUTAU 2006: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade. São Paulo.
- IBGE. Indicadores Populacionais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, RJ. 2010
- MARTINS, D. A.; LEITE, L.P.; LACERDA, C.B.F. Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.23, n. 89, p. 984-1014. (2015)
- MORAIS, F. A. A. A Importância Da Acessibilidade Na Cidade. Universidade do Estado da Bahia - UNEB Campus VIII. 2011
- PAULINO, V.C.; CORREA, P.M.; MANZINI, E.J. Um Estudo Sobre a Acessibilidade Física em Nove Escolas Municipais do Ensino Fundamental de uma Cidade do Interior Paulista. Revista de Iniciação Científica da FFC, v. 8, n.1, p. 59-74. 2008
- SILVA, H L; BARCELOS, D C O; ARAUJO, J S. Diagnóstico das condições de acessibilidade em uma instituição de ensino segundo a NBR 9050 (ABNT, 2015). Trabalho final de disciplina. Curso Técnico em Edificações. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Marabá-PA. 2016
- SILVA, P.C.M. Acessibilidade e Mobilidade Urbana na Perspectiva da Pessoa Surda. Editora Kelps, Goiânia, GO. (2017).
- UFPA. UFPa 2017 em Número Ano Base 2016. Universidade Federal do Pará. Belém, PA. (2017).
- UFPEL. Plano Institucional de Acessibilidade da Universidade Federal de Pelotas – 2016 a 2020. Comissão Especial de Acessibilidade. Pelotas, RS. (2016).